



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

ROSICLEIDE DA COSTA CRUZ

**O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO E DO PROCESSO DE LEITURA NO
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL:
um estudo de caso**

João Pessoa – PB
2016

ROSICLEIDE DA COSTA CRUZ

**O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO E DO PROCESSO DE LEITURA NO
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL:
um estudo de caso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Graduação em Biblioteconomia do
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, em
cumprimento as exigências para obtenção do
título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosilene Agapito da Silva
Llarena

João Pessoa-PB
2016

C955o Cruz, Rosicleide da Costa.

O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO E DO PROCESSO DE LEITURA NO
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL: um
estudo de caso / Rosicleide da Costa Cruz. – João Pessoa, 2017.
50f.: il.

Orientador(a): Pro^{fa} Dr.^a Rosilene Agapito da Silva Llerena.
Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia) – UFPB/CCSA.

1. Deficiência intelectual. 2. Leitura. 3. Biblioteca. 4. Inclusão social. I.
Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:02(043.2)

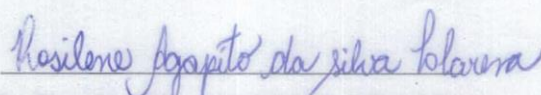
**O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO E DO PROCESSO DE LEITURA NO
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL:
um estudo de caso**

ROSICLEIDE DA COSTA CRUZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Graduação em Biblioteconomia do
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, em
cumprimento às exigências para obtenção do
título de Bacharel em Biblioteconomia.

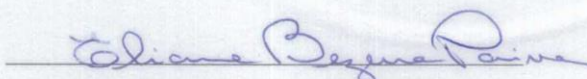
Aprovada em: 03/12/2016

BANCA EXAMINADORA



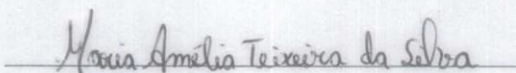
Profa. Dra. Rosilene Agapito da Silva Llarena

Orientadora, UFPB



Profa. Dra. Eliane Bezerra Paiva

Examinadora, UFPB



Profa. Ms. Maria Amélia

Examinadora, UFPB

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro, presente na hora da angústia, e a minha mãe Maria Rosilene da Costa por ser minha grande incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me supriu com a coragem, a força e a determinação necessárias para cumprir mais esta etapa em minha vida.

Agradeço ao meu companheiro Breno Brito por me acompanhar todos os dias nesses longos anos de muita luta superação.

Agradeço também à minha orientadora que sempre muito solícita e gentil se dispôs a me auxiliar neste complexo e vasto caminho da pesquisa. Que Deus lhe conceda muita paz e felicidade.

Agradeço a todos os meus professores que contribuíram com seus ensinamentos na minha formação. Aos colegas de classe pela troca, pela cumplicidade e pela amizade.

Finalmente agradeço a minha família e especialmente minha querida mãe Maria Rosilene da Costa, que sempre estiveram ao meu lado nas horas de alegria e nos momentos mais difíceis. Sempre me apoiando, me incentivando e me aconselhando. Muito obrigado por seus ensinamentos e por serem tão presente na minha vida.

RESUMO

O objetivo deste trabalho consistiu em apresentar os principais desafios ainda enfrentados por portadores de deficiência intelectual nas escolas e na sociedade usando como estratégias de ensino a leitura; Para tal intento foi escolhida uma Escola específica, no Município de João Pessoa-PB, como campo de observação e estudo de caso. A fundamentação teórico/metodológica se apoiou em observações e questionário, no qual, o micro contexto observado, nos apontou que o atendimento a estes estudantes interligado com a biblioteca ainda está muito distante das perspectivas regulamentadas pela legislação vigente.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Leitura. Biblioteca. Inclusão social

ABSTRA'CT

The objective of this work was to present the main challenges still faced by people with intellectual disabilities in schools and in society using reading strategies as teaching strategies; For this purpose a specific School was chosen, in the Municipality of João Pessoa-PB, as field of observation and case study. The theoretical / methodological basis was based on observations and questionnaire, in which the observed micro-context showed us that the attendance of these students interconnected with the library is still very far from the perspectives regulated by the current legislation.

Keywords:Intellectual,disability,Reading,Library,Socialinclusion

LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

AAMD	Associação Americana de Deficientes Mentais
AAIDD	Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento
DSM-IV	Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
OMS	Organização Mundial de Saúde
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
CEB	Câmara de Educação Básica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 A Deficiência Intelectual.....	16
2.1.1 Causas da deficiência intelectual.....	19
2.1.2 Características da deficiência intelectual.....	20
2.1.3 Os tratamentos e diagnósticos para o deficiente intelectual.....	22
2.2 A inclusão social dos portadores de deficiência mental.....	22
2.3 Educação especial	23
2.3.1 A formação de profissionais de educação especial.....	25
2.3.2 O currículo escolar e os objetivos educacionais para alunos portadores de deficiência mental.....	26
2.3.2.1 Currículo escolar: noções preliminares.....	27
2.3.3 O processo aprendizagem dos alunos com deficiência e os profissionais de educação.....	28
2.4 A biblioteca como aliada ao processo da educação especial voltada para portadores de deficiência mental.....	29
2.4.1 O bibliotecário como apoiador do desenvolvimento dos alunos com deficiência mental.....	30
2.5 Instrumentos informacionais e estratégias de encantamento da leitura para os alunos com deficiência mental.....	31
2.5.1 A formação do bibliotecário para a educação especial voltada para os alunos portadores de deficiência mental.....	32
2.6 Biblioteca e escola, bibliotecários e educadores: rumo à inclusão social e ao desenvolvimento dos alunos com deficiência mental.....	33
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1 Classificação da pesquisa.....	35
3.2 Universo e amostra da pesquisa.....	36
3.3 Coleta e análise de dados.....	36
4 RESULTADOS DE PESQUISA.....	38
4.1 Descrição da Escola Municipal de Ensino Fundamental Violeta Formiga.....	38
4.2 Análise das entrevistas.....	39
4.3 Resultados das observações diretas.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE.....	48
ANEXO.....	50

1. INTRODUÇÃO

As crianças com deficiência intelectual apresentam muitas dificuldades, tanto para estudar quanto de caráter geral. Isso requer a adaptação da educação e a adequação do currículo escolar à necessidade de cada um.

De acordo com a Secretaria de Educação Fundamental do Brasil, quando os problemas não são muito grandes, as adaptações técnicas, atividades e materiais e os agrupamentos flexíveis das disciplinas curriculares são suficientes para responder às necessidades dos alunos. Basta ajustar o currículo e conduzi-lo a seu último nível de concretização: o individual. Quando as dificuldades são gerais e permanentes, porém, é preciso fazer adaptações mais intensas, com uma variação significativa em relação aos modelos mais comuns de individualização do currículo e requerer recursos e apoios especializados.

Entre os apoios especializados está aquele realizado por meio da leitura, sejam pelos profissionais de sala de aula ou pelos profissionais bibliotecários. Esses últimos com trabalhos mais específicos de incentivo a diversos tipos de leitura.

Nesse sentido, enquanto hipóteses de pesquisa, acreditamos que, quando esse trabalho é realizado utilizando-se de meios específicos e adaptados à deficiência intelectual, podem levar a criança com deficiência intelectual a encantar-se pela leitura. Uma segunda hipótese é que quando esse trabalho é realizado pelo bibliotecário, em conjunto com os professores, de maneira a trabalhar o currículo escolar de maneira mais dinâmica, pode-se ajudar no desenvolvimento intelectual das crianças com dessa deficiência. Nossa última hipótese está em acreditar que o atendimento educacional especializado aliado ao trabalho do bibliotecário, enquanto formador de leitores, é um serviço enriquecedor no desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual, sendo forte aliado na conscientização das pessoas em geral, dos portadores de deficiência mental e à sua família, promovendo a inclusão social.

Segundo Yunes (1984), o estímulo à leitura deve ser sistemático e uma meta prioritária em países em via de desenvolvimento. A busca por novas técnicas e estratégias de motivação para a leitura deve ser alvo de pesquisas que visem à aproximação do livro ao leitor. Sendo assim, a leitura é uma ferramenta que pode ser utilizada para auxiliar conflitos e enfrentar problemas de ordem emocional, social, mental e educacional.

Para o autor, a atividade de leitura para criança com deficiência intelectual pode ser entendida como libertação podendo ser considerada um elemento primordial para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Isso significa que a estimulação e a motivação dos alunos para a leitura e o aumento das possibilidades e potencialidades, assim como o aumento do hábito de-leitura poderá acrescentar positivamente ao seu desenvolvimento intelectual.

O autor ainda enfatiza que a leitura é um dos principais meios de difusão do conhecimento. Porém, é necessário atrelar suas práticas com a escrita e com situações que explorem o contexto e usos significativos. Assim o ato de ler e, consequentemente, descrever e escrever se estabelecem como decorrência da evolução do processo de ensino e aprendizagem de maneira significativa. Essa significação ou significância deve ser levada à extrema importância quando se trata de crianças com deficiência intelectual.

A sociedade tem em sua cultura o hábito de relacionar deficiência intelectual com incapacidade de apreensão da leitura e escrita. Dentro desse estágio é que o professor e os demais profissionais envolvidos no processo educativo, inclusive o bibliotecário, devem organizar os elementos constitutivos linguísticos, semânticos e ideológicos da leitura e escrita a partir da capacidade de cada aluno.

Para Almeida (2007), é o momento, inclusive, de entender que um mesmo texto pode proporcionar desafios diferentes de acordo com as competências linguísticas dos alunos com deficiência e seu grau de comprometimento da deficiência.

Para a autora,

A deficiência intelectual ou “atraso mental” é um termo que se usa quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal, relacionamento social, habilidades acadêmicas, etc. Estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas (ALMEIDA, 2007, p. 7).

Segundo a autora, as crianças com atraso cognitivo podem precisar de mais tempo para aprender a falar, a caminhar e adquirir as competências necessárias para cuidar de si, tal como vestir-se ou comer com autonomia. É natural que enfrentem dificuldades na escola, no entanto aprenderão, mas necessitarão de mais tempo. O nível de desenvolvimento a ser alcançado pelo indivíduo irá depender não só do grau de comprometimento da deficiência mental, mas também da sua história de história particular de vida, especificamente, do apoio familiar e das oportunidades vivenciadas.

Nesse sentido, educadores e bibliotecários precisam, além de conhecer a história de vida de cada uma das crianças com quem trabalham como também o histórico de saúde, suas limitações, suas habilidades, além de trabalhar o processo de inclusão desse aluno, não apenas na escola, mas no meio social onde vivem.

Nos últimos anos, a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, continua objeto de estudo de diferentes pesquisas, a exemplo: discursos de acadêmicos relativos às diferenças e à inclusão (ZUCCHETTI, 2011); revisão bibliográfica sobre deficiência mental e inclusão escolar (BARBOSA; MOREIRA, 2009) e concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo (SILVEIRA; ENUMO; ROSA, 2012); estratégias pedagógicas utilizadas para a inclusão de crianças com deficiência na classe comum (BRIANT; OLIVER, 2012).

Porém, estudos que tratam da inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência e sua relação com a biblioteca ainda é pouco refletida na literatura científica. Alguns exemplos desses trabalhos são o de Bazílio (2012), o de Coneglian e Silva (2006), e o de Lira (2012), entre outros. O que chama atenção nos trabalhos publicados é que não encontramos nenhum deles voltados para deficiência mental.

O processo de inclusão social e escolar pressupõe incluir o aluno com qualquer tipo de deficiência no ambiente escolar, de modo que a educação não se limite a cumprir apenas a legislação inclusiva, mas que possa garantir, além do acesso à escola, mudanças que reestruturem o fazer pedagógico para oportunizar sua participação em todas as suas atividades curriculares, entendidas para as de recreação, lazer, esporte, aquisição de habilidades acadêmicas, sociais, sem restrições e isolamento (MITTLER, 2003).

Envolve a oportunidade da pessoa com deficiência intelectual, incorporar novos conhecimentos, ampliar os já existentes e favorecer o desenvolvimento, superando a visão limitadora de apenas desencadear condições de superação de dificuldades ou socializar o aluno (BATISTA; ENUMO, 2004; LIMA, 2009; BRASIL, 2010), além de dar suporte e condições adequadas de aprendizagem para desenvolvimento escolar desse indivíduo (KAFROUNI; PAN, 2001).

Todo esse contexto nos levou ao problema central da pesquisa: **Como a biblioteca escolar pode auxiliar nos processos de encantamento e motivação da leitura e de inclusão dos alunos com deficiência mental?**

Nessa perspectiva, pretende-se com esse trabalho refletir sobre: conceito de deficiência mental ou intelectual; as questões educacionais que envolvem o processo de leitura, aliados aos de biblioteca; sobre a inclusão dos alunos com deficiência intelectual; e, sobre a intervenção e apoio às necessidades educativas especiais desses alunos, por meio do trabalho do bibliotecário por meio da leitura.

Sendo assim, traçamos os seguintes objetivos:

GERAL

Refletir sobre o papel do bibliotecário da biblioteca escolar na formação dos alunos com deficiência mental, por meio de trabalhos de motivação e incentivo à leitura.

ESPECÍFICOS

- ✓ Conhecer um pouco mais sobre as dificuldades de aprendizagem encontradas por deficientes intelectuais (que estudam em escola regular ou especializada);
- ✓ Refletir a importância da leitura no desenvolvimento de pessoas com deficiência;
- ✓ Discutir a questão da inclusão social e educacional por meio do trabalho com a leitura;
- ✓ Relatar a experiência de uma escola que trabalha com crianças com deficiência mental;
- ✓ Analisar o papel do bibliotecário escolar como “**biblio-educador**”, ou seja, àquele que promove a educação e, conseqüentemente, a inclusão no âmbito educacional e social;
- ✓ Estudar a influencia do profissional bibliotecário como auxiliar no processo de aprendizagem do deficiente intelectual.

Dado os objetivos, justificamos esse trabalho pela necessidade em contribuir para a conscientização dos futuros bibliotecários, no intuito de fazê-los refletir sobre a importância desse profissional no processo de aprendizagem como um todo e, especialmente, nos dos alunos com deficiência mental.

Além disso, esse trabalho se justifica pela necessidade de refletir sobre o processo de encantamento da leitura. A leitura é um hábito que precisa de ações incentivadoras. Acreditamos que os profissionais bibliotecários, em suas específicas funções e instituições de atuação (bibliotecas escolares públicas ou privadas, bibliotecas comunitárias etc.), com o auxílio tanto do professor como da comunidade, podem orientar os familiares auxiliando no

descobrimento da vida da criança com deficiência, por meio da leitura. Isso porque a deficiência mental, atualmente denominada de deficiência intelectual, constitui uma condição inalterável, embora não estável.

Por isso, é correto incluir a deficiência intelectual entre as necessidades educativas especiais de caráter permanente, ainda que o desafio do bibliotecário consista, justamente, em tratar contribuir e modificar para melhor o grau de aprendizagem deficiente desses alunos por meio do trabalho com leitura.

Espera-se com este trabalho, viabilizar informações relevantes acerca da criança deficiente intelectual, contribuindo assim para uma atuação consciente e eficaz por parte do bibliotecário e dos profissionais que a atendem. Por isso, acreditamos, também, que as informações levantadas são relevantes para debates acadêmicos e científicos que são poucos estudados pelos especialistas. Estudar sobre a dificuldade de aprendizagem de deficientes intelectuais é um tema muito rico, pois muitos não acreditamos na capacidade de aprendizagem por pessoas com deficiência mental.

Sendo assim, esta pesquisa está estruturada de forma a apresentar à seção inicial a introdução que permite identificar e contextualizar o tema. Em seguida, dividimos o trabalho em três outras seções: referencial teórico, percursos metodológicos e resultados de pesquisa. Por fim, trabalhamos das observações finais.

Passemos, então, para a seção seguinte, onde iremos discutir as questões da deficiência mental, da inclusão social e educacional dessas pessoas, e, da influencia do bibliotecário e biblioteca escolar na formação desses alunos por meio do incentivo à leitura.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade, por vezes, fica confusa quando encontra uma pessoa com deficiência intelectual ou mental. Preconceito e exclusão marcam acontecimentos que enfocam o deficiente mental como incapaz de realizar ou aprender algo (CARDOSO, 2006).

No entanto, para o autor, ter uma deficiência não significa que uma pessoa seja melhor ou pior do que uma pessoa sem deficiência. O deficiente intelectual necessita aprender a ser e a viver como realmente é: uma pessoa com direitos e deveres, que necessita de uma educação significativa, a fim de ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo e estimular seu desejo e confiança para conquistar seus direitos diante da sociedade.

2.1 A Deficiência Intelectual

As primeiras definições referentes à deficiência intelectual não chegam a serem claras e objetivas, mas de alguma forma mostram como era diagnosticada. De acordo com Carvalho, Edler e Costa (2011), as definições de deficiência intelectual são numerosas e variadas passando, ao longo dos anos, por diversas terminologias como, “Oligofrenia”, “Retardo Mental”, “Atraso Mental”, “Deficiência Mental” etc. dadas por profissionais de diferentes áreas.

De acordo com os autores

Especialistas em medicina, interessados na etiologia da deficiência, definem o termo do ponto de vista de suas causas determinantes, colocando em evidências fatores como os transtornos metabólicos e as disfunções neurológicas. Profissionais de psicologia, motivados com o estudo do comportamento humano, destacam a importância do desenvolvimento intelectual e social, com suas mensurações pertinentes. Pedagogos, considerando o grau de educabilidade do indivíduo, relacionam o conceito de deficiência intelectual com a dificuldade de aprendizagem e com deficiências no acompanhamento dos programas escolares (CARVALHO; EDLER; COSTA, 2011, p. 14).

Essa variação de conceitos demonstra que o conceito varia conforme a perspectiva profissional que a define. Uma conceituação amplamente aceita na atualidade é da Associação Americana de Deficientes Mentais (AAMD) que vigora como princípio orientador das organizações internacionais e da maioria dos trabalhos mais importantes do campo.

Para a AAMD a deficiência intelectual é conceituada como a insuficiência cognitiva nos aspectos sociais, mentais e de autocuidado, sendo subdividida em síndromes e transtornos. Portanto, é muito peculiar explicar um único diagnóstico, comportamento, habilidades e dificuldades em relação à aprendizagem, pois, varia de acordo com a personalidade, grau de deficiência, estrutura familiar e emocional do indivíduo, bem como os aspectos financeiros e morais do meio social onde o sujeito encontra-se inserido.

Para Almeida (2007) a deficiência intelectual é um termo que se usa quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas do dia-a-dia como o de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social, provocando maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas. Ela é resultado, quase sempre, de uma alteração no desempenho cerebral, provocada por fatores genéticos, distúrbios na gestação, problemas no parto ou após o nascimento. Um dos maiores desafios enfrentados pelos estudiosos da área é que em grande parte dos casos estudados não tem uma causa conhecida ou identificada. Muitas vezes não se chega a diagnosticar claramente a origem da deficiência.

A autora afirma que, dificilmente, se poderá obter uma definição pontual para a deficiência intelectual, bem como para esclarecimento universal em torno de qualquer definição, já que a variedade de topografia de cada indivíduo é bastante diversificada. Porém, até chegar à definição que temos hoje, o termo passou por várias modificações, até mesmo por suposições de ser caracterizada como um problema espiritual, metafísico, uma doença incurável.

De acordo com a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento (AAIDD), a deficiência intelectual é caracterizada como funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade.

A Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) (1992) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) define a deficiência como sendo um estado de redução perceptível do funcionamento intelectual abaixo da média observado durante o período de desenvolvimento. Apontam ainda que, a deficiência está associada a limitações pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo ou da capacidade do

indivíduo seja em relação às demandas da sociedade no aspecto de comunicação, cuidados pessoais, competências e habilidades sociais bem como o uso dos recursos comunitários, a autonomia, saúde, segurança, lazer e aptidões escolares e relacionadas ao trabalho.

De acordo com a AAMR, a expressão “deficiente mental” não é mais usada desde 2004, sendo substituída por “deficiência intelectual”, expressão considerada mais apropriada para designar as limitações cognitivas e sociais comuns a esse grupo de pessoas.

Segundo Almeida (2007), para se chegar à definição deficiência intelectual houve uma longa trajetória tanto referente ao termo como os tratamentos utilizados. Antigamente, as pessoas com deficiências mentais, eram denominadas como loucas. Eram consideradas tanto pra família como para sociedade um atraso de vida, sendo, então, confinados em manicômios, sanatórios ou hospícios. Nesta época a sociedade era considerada carente de informação, não entendendo que os deficientes mentais, como eram diagnosticados, na verdade precisavam de amor, carinho e atenção. O que se via eram pessoas humilhadas, torturadas e agressivas, ocasionando aumento do quadro negativo devido os maus tratos.

No início do século XX psiquiatras, filósofos e pesquisadores de todas as áreas, iniciaram estudos detalhados dos transtornos que denominavam, até então, como loucura, iniciando uma reforma nos procedimentos psiquiátricos.

Segundo Cardoso (2006), na Idade Antiga, houve até sacrifício de crianças com deficiência, em algumas civilizações.

[...] a história assinala, desde a Idade Antiga, as políticas extremas de exclusão de crianças deficientes. Em Esparta, na antiga Grécia, essas crianças eram abandonadas nas montanhas, em Roma foram atiradas nos rios. Os registros históricos comprovam que vem de longo tempo a resistência à aceitação social das pessoas com deficiência e demonstram como as suas vidas eram ameaçadas (CARDOSO, 2006, p.15).

Na Idade Média, os loucos eram presos nos antigos leprosários, que foram esvaziados com o fim da lepra. Lá os loucos recebiam eletrochoque, ficavam encadeados dias seguidos, eram mal alimentados, dormiam no chão e na sujeira. Eram vistos como animais, não só para sociedade, mas também por seus familiares que entendiam a exclusão como a melhor forma de tratamento. Entretanto, esta conduta só aumentava a gravidade da doença e os tornavam mais dependentes e lunáticos. Podemos melhor perceber o que foi dito as palavras de Cardoso (2006, p.16).

Na Idade Média a discriminação continuou. Ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. Então, deviam ser afastados do convívio social ou, mesmo, sacrificados.

Atualmente, as instituições modificaram as formas de tratamento dependendo do quadro de cada paciente, optando por uma liberdade monitorada, onde os pacientes são deixados na instituição durante o dia e acompanhados por uma equipe especializada. São bem alimentados, tomam remédios de forma correta, trabalham, sentindo-se produtivos e, principalmente, podendo exercer a cidadania.

2.1.1 Causas da deficiência intelectual

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) há vários fatores biológicos que podem levar à deficiência intelectual como: a genética, infecções, defeitos ou lesão corporal, problemas no pré-natal entre outros fatores.

As alterações genéticas, geralmente, é consequência de transmissão hereditária, quando um dos pais é portador no seu código genético do gene causador da desordem, ou ainda devido a anomalias nos cromossomos, podendo ocorrer durante a divisão celular. A pessoa pode ter cromossomos a mais, a menos ou a estrutura destes se encontrar modificada.

Para a OMS, muitas doenças mentais são executadas em famílias, sugerindo que as pessoas que têm um familiar com uma doença mental são mais propensas a desenvolver a mesma. Especialistas acreditam que muitas doenças mentais estão ligadas a anomalias em muitos dos genes e não apenas em um. Nesse sentido, pode-se dizer que uma pessoa herda uma sensibilidade, a deficiência intelectual e não necessariamente desenvolve a mesma.

Pesquisadores chegaram à conclusão de que cinco dos principais distúrbios psiquiátricos dos quais a população mundial sofre como a depressão, o autismo, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, o transtorno bipolar e a esquizofrenia, são ocasionados por fatores genéticos.

Até mesmo dano pré-natal como interrupção do desenvolvimento do cérebro fetal precoce ou trauma que ocorre no momento do nascimento como a perda de oxigênio para o cérebro pode ser um fator no desenvolvimento de certas condições, como o autismo.

Os fatores psicológicos que podem contribuir para a deficiência intelectual incluem:

- ✚ Trauma psicológico sofrido quando criança, tais como o abuso emocional, físico ou sexual.
- ✚ Uma importante perda precoce, tais como a perda de um dos pais.
- ✚ Pouca habilidade para se relacionar com os outros.
- ✚ A vida familiar disfuncional.
- ✚ Sentimentos de inadequação, baixa autoestima, ansiedade, raiva ou solidão.
- ✚ Mudar de emprego ou escolas.
- ✚ Expectativas sociais ou culturais (por exemplo, uma sociedade que associa beleza à magreza pode ser um fator no desenvolvimento de transtornos alimentares).
- ✚ Abuso de substâncias por parte da pessoa ou dos pais da pessoa entre outros fatores.

2.1.2 Características da deficiência intelectual

A Organização Mundial de saúde define a deficiência intelectual em quatro níveis:

- Leve – Os portadores de deficiência intelectual podem desenvolver habilidades escolares e profissionais, chegando, inclusive a prover a sua manutenção, muito embora necessitem, algumas vezes, de ajuda e orientação em situações sociais diferentes daquelas a que estão acostumados.
- Moderado – O indivíduo com deficiência mental moderada tem capacidade insuficiente de desenvolvimento social. Mas, poderá manter-se economicamente através de programas supervisionados de trabalho.
- Severo – Os portadores de deficiência intelectual de nível severo apresentam pouco desenvolvimento motor e mínimo desenvolvimento de linguagem. Poderão contribuir apenas parcialmente para sua subsistência, em ambientes controlados.
- Profundo – Os portadores que apresentam deficiência intelectual nesse nível têm um retardo intenso e a capacidade sensorial motora mínima. Mesmo, com suas dificuldades há possibilidades de adquirirem hábitos de cuidados pessoais, através de programas de "condicionamento operante".

A OMS define a deficiência intelectual em dois momentos:

- Deficientes intelectuais treináveis – Inclui uma parcela da população considerada incapaz de aprender qualquer conteúdo da escola formal. Para estes alunos, em geral, projeta-se um trabalho de socialização e aprendizagem de condutas básicas para o convívio social. Comumente, quando tem acesso à educação frequentam escolas especiais por toda sua vida escolar e, quando adultos, são encaminhados para oficinas protegidas, onde exercem atividades produtivas, geralmente gerenciadas por organizações não governamentais da comunidade diretamente envolvida.
- Deficientes intelectuais dependentes – apresentam deficiência ocasionada por doenças com origens neurológicas, se tomam incapazes de qualquer convívio social, já que dependem de ajuda para atividades básicas, tal como alimentar-se, ou vestir-se sozinho.

Como já dissemos, o desempenho do deficiente intelectual irá depender da história de vida do paciente, particularmente, do apoio familiar e das oportunidades vivenciadas, bem como das necessidades de apoio e das perspectivas de desenvolvimento.

Segundo a OMS o deficiente intelectual apresenta em seu dia-a-dia as seguintes características:

- **Fala** - Crianças com deficiência intelectual, geralmente, têm atraso no desenvolvimento da linguagem e dificuldades para falar e se expressar. O grau de severidade varia de acordo com o nível de comprometimento da capacidade intelectual. Os casos leves podem atingir habilidades linguísticas que são apenas um pouco mais pobres do que as crianças na faixa normal de desenvolvimento. Os casos graves ou profundos não podem se comunicar plenamente ou falam apenas algumas palavras.
- **Percepção** - Crianças com deficiência intelectual são lentas em reagir e perceber estímulos ambientais. Eles têm dificuldades de distinguir pequenas diferenças nas formas, tamanhos e cores.
- **Cognição** – A capacidade de analisar, raciocinar, compreender e calcular, e para o pensamento abstrato é muitas vezes prejudicada em maior ou menor grau de acordo com a gravidade.

- **Concentração e memória** - A capacidade de concentração é baixa e estreita. De um modo geral, a memória é fraca e eles são lentos em lembrar, embora haja exceções, eles têm dificuldades para recordar e suas memórias são muitas vezes imprecisas.
- **Emoção** – As emoções são muitas vezes ingênuas e imaturas, mas podem melhorar com a idade. A capacidade de autocontrole é pobre e comportamento impulsivo e agressivo não é incomum. Alguns são tímidos, arredios e retraídos.

2.1.3 Os tratamentos e diagnósticos para o deficiente intelectual

Antes de dar início o tratamento é necessário que ocorra um diagnóstico prévio para que seja realizado o tratamento eficaz. Geralmente, a família procura por um diagnóstico quando identifica que sua criança tem algumas características diferentes das outras como, por exemplo, demora em firmar a cabeça, sentar, andar, falar; não compreende as ordens que lhe são dadas ou tem dificuldade para aprender alguma atividade, principalmente na escola.

No entanto, esse diagnóstico é um processo lento, que envolve a compreensão de diversos fatores, como os genéticos, sociais e ambientais. É de extrema importância que o indivíduo seja avaliado em sua totalidade, para uma compreensão da melhor forma de tratamento.

De acordo com a OMS, a deficiência intelectual não é uma doença e sim uma limitação, onde o portador deve receber acompanhamento médico e estímulos para seu desenvolvimento, através de trabalhos terapêuticos com psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, **sendo a inclusão um importante aliado nesse tratamento**, por ser um instrumento extremamente importante na determinação da qualidade de vida dessa pessoa, pois permite o acesso a todos os direitos da sociedade, que auxiliara o seu desenvolvimento em meio à sociedade, reforçando a sua autonomia e ajudando a construir a sua cidadania. Criando oportunidades para que ela possa realizar todas as atividades que achar interessantes e auxiliá-la no que for possível ao acesso de seus direitos dentro de suas limitações.

2.2 A inclusão social dos portadores de deficiência mental

A partir do sec. XX no Brasil, o processo de integração e inclusão dos deficientes intelectuais tem se tornado um assunto constante nas discussões dentro dos sistemas sociais e

educacionais, inúmeras leis foram publicadas em defesa ao atendimento educacional as pessoas com deficiência nas classes regulares de ensinar, como, por exemplo, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo (qual?) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, mas foi nos últimos anos que se intensificou na prática a política em prol da Educação Inclusiva, incluindo pais e parentes dos deficientes intelectuais nesse novo tempo de inclusão onde os mesmos começaram a se organizar em associações para que pudessem não só oferecer melhor compreensão a respeito das deficiências, mas também sugerir ideias de ensino para os deficientes intelectuais.

A inclusão conceitua-se como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, pessoas consideradas diferentes da comunidade a que pertença. Ela ocorre num processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam juntas, equacionar problemas, discutir soluções e buscar oportunidades para todos. Incrementar a diversidade é promover a igualdade de chances para que todos possam desenvolver seus potenciais. No caso das pessoas com deficiência, devemos começar garantindo-lhes o direito de acesso aos bens da sociedade – educação, saúde, trabalho, remuneração digna etc. (AQUINO, 1998).

A inclusão social de pessoas com necessidades especiais visa proporcionar uma sociedade igualitária para todos, de forma que os indivíduos possam se adaptar e ter um desenvolvimento social assim como os outros indivíduos (PASSARINO; MONTARDO, 2007).

A inclusão de pessoas com deficiência mental em lugares públicos não ocorre somente com a adaptação das estruturas físicas, é necessário o auxílio de profissionais especializados presentes naquele meio para realizar o atendimento sempre que necessário, prestar informações e interagir de forma que essas pessoas compreendam e participem ativamente, inserindo-os no ensino regular lhes garante o direito à educação, é o que chamamos de inclusão, ou seja, é acolher estes indivíduos e oferecer às pessoas com deficiência oportunidades educacionais, nas mesmas condições acessíveis aos outros.

2.3 Educação especial

Acreditou-se por muito tempo que as pessoas com deficiência intelectual não eram capazes de aprender os conteúdos acadêmicos ensinados na escola. Acreditando-se que sua

vida baseava-se autocuidado e segurança, algumas habilidades sociais, de lazer e de trabalho supervisionado. Atualmente, a convicção de que as pessoas com deficiência intelectual apresentam diferentes condições de aprendizagem e de que outros fatores, além do intelectual, estão presentes interferindo na sua funcionalidade acadêmica contribuindo para que a sociedade compreenda melhor as diversas habilidades dos deficientes intelectuais procurando oferecer um ambiente mais favorável à sua aprendizagem.

De acordo com Batista e Mantoan (2006), os resultados educacionais do portador de deficiência intelectual dependem do grau de sua limitação e do acesso ao ambiente escolar que deve organiza e adapta o currículo de modo a ser desenvolvido pelo o aluno.

Para os autores, a deficiência intelectual desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza. Na verdade, não corresponder ao esperado pela escola pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de a escola atingir esse objetivo, de forma tácita.

O aluno com deficiência intelectual apresenta dificuldade de construir conhecimento assim como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de ensino.

A adaptação ao conteúdo escolar sendo formulada pelo próprio aluno nada mais é do que a inclusão que tem como objetivo seu desenvolvimento intelectual. Essa estratégia de ensino é consequência do processo de autoconhecimento da aprendizagem, em que permite ao aluno assimila novos conhecimentos, de acordo com suas possibilidades de entendimento junto ao que já se conhece. Entender este processo da adaptação intelectual é de grande importância tanto para o profissional comum como para o especializado.

Ensinar é uma ação coletiva, no qual o professor disponibiliza a todos os alunos, com ou deficiente intelectual, o mesmo conhecimento. A escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre buscando e valorizar suas diferenças. As práticas escolares que permitem ao aluno aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo suas possibilidades, são próprias de um ensino escolar que se distingue pela diversificação de atividades. Essas atividades não são elaboradas para atender a níveis diferentes de compreensão e deverão estar

disponíveis nas instituições para que os alunos as escolham livremente, de acordo com seus interesses.

A liberdade do profissional e dos alunos, de criarem as melhores condições para aprendizagem, não dispensa um bom planejamento de trabalho, seja ele anual, mensal, quinzenal ou mesmo diário. Ser livre para aprender e ensinar não implica em uma falta de limites e regras ou, ainda, em cair num “espontaneísmo” de atuação.

2.3.1 A formação de profissionais de educação especial

O profissional da educação presente nas instituições precisa estar atento para o fato de que sujeito e objeto de conhecimento se constroem simultaneamente. Esta relação, porém, ganha uma conotação ainda mais difícil de ser alimentada quando o assunto é trabalhar, simultaneamente, com alunos e alunas ditos “normais” e alunos com algum tipo de deficiência em sala de aula.

Melo, Lira e Fación (2008) ressaltam, justamente, a necessidade da presença, nas instituições regulares, de profissionais que estejam, realmente, preparados para lidar com essa realidade. Segundo os autores, a viabilização da inclusão nas escolas regulares exige não somente professores especializados, mas que as salas de apoio sejam uma realidade e explicam que esse profissional não deve ser exclusivo de uma instituição, podendo atender a um grupo de instituições, devendo ser especializado e saber realizar avaliações, organizar sistemas de trabalho, avaliar sua eficiência, avaliar problemas de comportamento e definir estratégias.

Infelizmente, como frisam os autores, as capacitações e as formações na área, que deveriam alcançar as redes regulares de ensino público acabam sendo quase que uma exclusividade de grupo e/ou instituições específicas.

Portanto, a estruturação de uma política continuada para professores da educação básica seria um dos caminhos para uma educação numa perspectiva realmente inclusiva (FERREIRA & FERREIRA, 2004, apud. MELO & FACIÓ, 2008, p. 70).

Monteiro e Manzini (2008), em relato de pesquisa acerca das mudanças de concepções do professor de ensino fundamental da rede regular de ensino, em relação à inclusão de alunos com deficiência em salas, apresentam como uma das consequências desse despreparo discutido acima, o sentimento de medo em relação ao comportamento do aluno nessa

condição e o receio de não conseguir ensinar essa pessoa com deficiência, uma vez que, muitas vezes, inclusive, nem é informado sobre o ingresso desse aluno em suas classes, o que significa que, paralelo ao discurso de inclusão de alunos com deficiência em classes regulares, o que se tem é uma gama de professores e professoras à margem de uma formação que verdadeiramente contemple tais exigências e necessidades.

O professor, o educador, o profissional que intervém junto a pessoas com deficiência não pode ignorar a etiologia do déficit, mas também não depende muito dela em seu trabalho concreto.

2.3.2 O currículo escolar e os objetivos educacionais para alunos portadores de deficiência mental

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011) “a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência [...]” e denomina como Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme o § 1º “[...] o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente [...]”, a serem ofertados por meio das salas de recursos multifuncionais, considerada, portanto, o *lócus* para o desenvolvimento “complementar à formação dos estudantes com deficiência [...]”, conforme inciso I do artigo acima tratado.

A Resolução nº 4, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB) (BRASIL, 2009), institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Prevê no artigo 9º que os professores das salas de recursos multifuncionais, articulados com os demais professores do ensino regular, são os responsáveis pela elaboração e a execução do plano AEE dos alunos por eles atendidos. Para tanto, devem articular a participação da família e demais serviços setoriais, tais como: de saúde e assistência social.

Já no artigo 10 da Resolução supramencionada está previsto que a oferta do AEE deve estar institucionalizada por meio do projeto pedagógico da escola, prevendo, entre outros aspectos, segundo o inciso IV, o “plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas”, e no inciso VII, “redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da

formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.”.

No documento brasileiro as adaptações curriculares são definidas como:

[...] possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educando. Nessas Mas afinal, o que são adaptações curriculares? 10 circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (p.33).

Portanto, é imprescindível que o currículo escolar se adapte às necessidades dos alunos com deficiência de maneira geral, especialmente àqueles com deficiência intelectual.

2.3.2.1 Currículo escolar: noções preliminares

A educação desenvolve-se por meio do currículo, sendo este formado de experiências educativas vivenciadas no cotidiano das instituições. Em outras palavras, o conjunto das atividades desenvolvidas buscando dar as oportunidades de aprender aos alunos (COLL, 1996).

De acordo com autor, o termo currículo é encontrado em registros do século XVII, sempre relacionado a um projeto de controle do ensino e da aprendizagem, ou seja, da atividade prática da escola. Desde os seus primórdios, currículo envolvia uma associação entre o conceito de ordem e método, caracterizando-se como um instrumento facilitador da administração escolar.

Alguns estudos realizados sobre currículo a partir das décadas 1960 a 1970 destacam a existência de vários níveis de Currículo: formal, real e oculto:

- O Currículo Formal refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, é expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das áreas ou disciplina de estudo. Este é o que traz prescrita institucionalmente os conjuntos de diretrizes como os Parâmetros Curriculares Nacionais.
- O Currículo Real é o currículo que acontece dentro da sala de aula com professores e alunos a cada dia em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino.

- O Currículo Oculto é o termo usado para denominar as influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores. O currículo oculto representa tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar. O currículo está oculto por que ele não aparece no planejamento do professor (MOREIRA; SILVA, 1997).

De acordo com o autor, as crianças com deficiência intelectual apresentam dificuldades graves, tanto de aprendizagem quanto de caráter geral, levando ao ajuste da educação e a adequação do currículo à medida e à necessidade de cada um. Quando as dificuldades são gerais e permanentes, é preciso fazer adaptações mais profundas, com uma variação significativa em relação aos modelos mais comuns de individualização do currículo.

As adaptações curriculares constituem uma eficiente forma de apoio para o aluno e, muitas vezes, são necessárias por toda a sua vida escolar, parcial ou em todas as disciplinas. As adaptações curriculares mais eficientes são as que melhor se ajustam às necessidades e potencialidades do aluno e devem tomar como base o currículo regular de ensino. Podem ser reduzidas, sem alterações expressivas na programação regular. Podendo ser mais acentuadas, para atender a condições específicas necessárias, de modo a obter maior participação do aluno com deficiência nas atividades curriculares comuns.

2.3.3 O processo aprendizagem dos alunos com deficiência e os profissionais de educação

A escolarização de pessoas com deficiência intelectual depende de suas limitações cognitivas e adaptativas, entre outros aspectos. As adaptações curriculares constituem uma eficiente forma de apoio para o aluno, sendo por muitas vezes necessárias por toda a sua vida escolar, parcial ou em todas as disciplinas. A demanda escolar em termos de currículo aumenta a cada série e a complexidade dos conteúdos passa a exigir do aluno mais capacidades e habilidades acadêmicas.

Para Batista e Mantoan (2007)

A necessidade de encontrar soluções imediatas para resolver a premência da observância do direito de todos à educação fez com que algumas escolas procurassem saídas paliativas, envolvendo todo tipo de adaptação: de currículos, de atividades, de avaliação, de atendimento em sala de aula que se destinam unicamente aos alunos com deficiência. Essas soluções continuam reforçando o caráter substitutivo da Educação Especial, especialmente quando se trata de alunos com deficiência mental. Tais práticas adaptativas

funcionam como um regulador externo da aprendizagem e estão baseadas nos propósitos e procedimentos de ensino que decidem o que falta ao aluno de uma turma de escola comum. Em outras palavras, ao adaptar currículos, selecionar atividades e formular provas diferentes para alunos com deficiência e/ou dificuldade de aprender, o professor interfere de fora, submetendo os alunos ao que supõe que eles sejam capazes de aprender.

O profissional precisa aprender e conhecer a necessidade do aluno antes de ensinar, havendo uma interação entre ambos, levando a uma aproximação na qual ocorrerá o conhecimento da real necessidade de cada um, levando-o ao resultado desejado tanto do aluno como do profissional.

Para que o resultado desejado ocorra de maneira mais eficaz é necessário que o deficiente intelectual seja estimulado o mais cedo possível, ou seja, nos seus primeiros anos de vida. Porque com esse acompanhamento elas irão crescendo e sentindo que tem todo o apoio necessário tanto por parte dos familiares como dos profissionais, vão percebendo que são capazes de desenvolver suas habilidades e competências. Levando-o a acreditar em seu potencial, e no seu aprendizado, deixando-nos muitas vezes surpreendido com seus avanços e desenvolvimentos.

2.4 A biblioteca como aliada ao processo da educação especial voltada para portadores de deficiência mental

A biblioteca é um canal mediador da informação e do conhecimento exercendo uma grande responsabilidade social onde realiza o trabalho de informações concretas para o usuário. A atividade de leitura para portadores de necessidades especiais apresenta-se como um espaço novo no contexto de Biblioteca Escolar, salientando que tal atividade requer dedicação, entusiasmo e constante atualização para trabalhar os variados recursos pertinentes à exploração da ludicidade, do brincar aprendendo, do desenvolver potencialidades escondidas (SILVA; FACHIN, 2002).

A missão do bibliotecário em suas bibliotecas que é conhecida como Unidades de Informação se abrange em desenvolver ações sociais de forma dinâmica e útil voltado para os anseios e interesses da população, contribuindo para a solução de problemas sociais, coordenando suas atividades com as de outras instituições sejam elas educativas, sociais ou culturais.

Assim, o bibliotecário como profissional da informação não deve negar o mundo informacional a nenhum tipo de usuário e sim disponibilizar esse universo oferecendo-lhe condições para que esse se sinta parte da instituição e venha a ela sem constrangimento.

2.4.1 O bibliotecário como apoiador do desenvolvimento dos alunos com deficiência mental

Os documentos que registram tentativas de ensinar a leitura, a escrita e a oralidade às pessoas com deficiência mental são relativamente recentes (SHIMAZAKI, 2006).

O processo da aprendizagem da leitura e da escrita para pessoas com deficiência mental, geralmente, tem sido exposto como uma questão de métodos e técnicas. Desta forma, verifica-se que de acordo com Soares (2003) apud Shimazaki (2006: p. 58) que: “(...) não basta saber ler e escrever, é necessário saber fazer uso das práticas sociais da leitura e da escrita, num processo de compreensão, onde o indivíduo seja capaz de produzir sentido para a linguagem e, assim, chegar às suas próprias descobertas, análises e sínteses”.

As Unidades de Informação devem atingir a todas as categorias da população e suas necessidades, oferecendo informações, conhecimento, atendendo as demandas dos usuários e proporcionando a todos o livre acesso aos registros do conhecimento, proporcionando, assim, uma aproximação entre o bibliotecário e esse usuário, contribuindo com indicadores de pesquisa, bem como propor sugestões para estudos posteriores do gênero.

O bibliotecário é um forte aliado no processo de inclusão e desenvolvimento dos portadores de deficiência onde ele devera utilizar os seus métodos utilizados diariamente com seus usuários, precisa apenas utilizar instrumentos lúdicos com o intuito de chamar a atenção de seus usuários deficiente intelectual para que assim possa passar pra os mesmos as informações necessárias com o auxílio da leitura.

O bibliotecário tem um papel importante para sociedade, pois é dele que depende a inclusão ou a exclusão dos indivíduos portadores de necessidades especiais em sua Unidade de Informação, portanto é responsabilidade desse profissional adequá-lo.

Segundo Almeida (2000, p.88), as Unidades de Informação devem atingir a “todas as categorias da população e suas necessidades, oferecendo informações, conhecimento, atendendo as demandas dos usuários e proporcionando a todos o livre acesso aos registros do conhecimento”.

Sendo assim, a biblioteca deve proporcionar espaços de leitura e os bibliotecários são os responsáveis diretos em desenvolver atividades motivadoras e incentivadoras de leitura.

A leitura é uma ferramenta de desenvolvimento, educação e inclusão social. Quem lê se abre para todas as artes, torna-se um cidadão do mundo e capacita-se para a autonomia cultural e intelectual. A leitura é uma janela do tempo e no espaço (COSTIN, 2002, p.1). Um povo que não lê e que não tem acesso aos bens culturais, entre eles o livro, é um povo fadado à exclusão social.

É importante caracterizar o ato de ler como sendo um instrumento de conscientização e libertação, necessário à emancipação do homem na busca de sua plenitude a transformação dessa criança em "leitor" depende do conjunto de estímulos socioambientais ao qual ela responde e com o qual ela se identifica no transcorrer da sua vida (FREIRE, 1989).

O bibliotecário é parte integrante dessa construção da cidadania e da emancipação das pessoas. Adquire grande responsabilidade junto às pessoas com deficiência intelectual quando proporciona trabalhos de inclusão e incentiva a leitura como aliada ao desenvolvimento humano.

2.5 Instrumentos informacionais e estratégias de encantamento da leitura para os alunos com deficiência mental

O bibliotecário através de práticas multidisciplinares pode incentivar a leitura, visando o desenvolvimento e aprendizagem do deficiente intelectual, sendo o incentivo à leitura reconhecida pelo profissional como um conjunto de atividades planejadas com as etapas de aprendizagem que devem ser inseridas no dia a dia dos alunos. O bibliotecário deve incluir entre seus usuários nas atividades de leitura da biblioteca e na comunidade, apresentando não só a leitura como também os ensinando a lidar com os suportes que registram a leitura, com ações de caráter educativo, que visem despertar o interesse e o senso crítico dos leitores, fazendo com que eles saibam interpretar o mundo muitas vezes desconhecido.

Alguns estudos (Boneti, 1995; Gomes, 2001; Jatobá, 1995; Katims, 1994; SaintLaurent, 1995) indicam que as crianças com deficiência mental passam por processos cognitivos semelhantes aos das crianças “normais”, no que concerne à aquisição da linguagem escrita. Esses dados sugerem ainda que o deficiente mental tem capacidade de evoluir

conceitualmente na aprendizagem da leitura e da escrita, desde que sejam oferecidas situações de estimulação adequadas.

A construção conceitual em relação à leitura é produzida de forma progressiva, mas não linear e ocorre de modo pessoal, de acordo com cada criança, mesmo em se tratando daquelas ditas “normais”. A leitura é compreensiva na medida em que lemos de forma ativa; assim seremos capazes de antecipar interpretações, reconhecer significados e ainda identificar dúvidas, erros e incompreensões no processo de leitura (Curto *et. ali*, 2000).

Não são indicadas práticas centradas nas limitações decorrentes da deficiência intelectual. Devem ser aproveitadas em suas potencialidades e suas vivências, pois para que ocorra a aprendizagem significativa, as estratégias de ensino precisam estar articuladas ao interesse do aluno e ao que ele já sabe. Ressaltando que não existe um método ideal para o direcionamento das atividades para os alunos com deficiência intelectual, de forma alguma se propõe que deva ser utilizada uma gama de métodos indiscriminadamente. Mas sim, refletir constantemente sobre o processo de ensino e aprendizagem, sobre a própria prática e as oportunidades de interação do deficiente intelectual tendo com o objetivo o conhecimento e aprendizagem, a fim de avaliar a eficácia das estratégias que são coletadas através do conhecimento anterior, bem como propor adaptações e/ou alteração de procedimentos com o propósito de incluí-los como os demais usuários.

2.5.1 A formação do bibliotecário para a educação especial voltada para os alunos portadores de deficiência mental

O bibliotecário necessita de educação, formação e conhecimento de problemas educativos, culturais e sociais pertinentes à sua área de atuação. Envolver alunos do Curso de Biblioteconomia na realidade das bibliotecas escolares que tem usuários com deficiência intelectual, contribuir para que os mesmos tenham uma visão dos vários campos de atuação profissional.

Além de estarem preparadas, é necessário que esses profissionais tenham a sua disposição material adequado e suficiente, com ênfase ao seu aspecto educacional, para que assim sejam desenvolvidas atividades que atinjam com eficiência seu trabalho e precisam estar sempre informadas e atualizadas.

O profissional disseminador da informação tem como dever assegurar o acesso à informação de forma a atender todos os indivíduos, sendo eles ou não portadora de necessidades especiais, satisfatoriamente; portanto devem ser desenvolvidos durante sua capacitação profissional habilidades e conhecimentos específicos na área das tecnologias assistidas, pois precisaram aperfeiçoar maneiras de transmitir exatamente o que o usuário buscar ao pedir auxílio de um profissional. Como afirma Machado (2012, p.87), “os futuros bibliotecários devem ser preparados e capacitados para lidar com as questões essenciais à informação. E, sem dúvida, acessibilidade é uma delas”.

Com o auxílio do profissional bibliotecário, a forma de inclusão dessas pessoas, na sociedade de um modo geral acaba sendo de suma importância para que eles sejam inseridos na inclusão informacional e acabem passando por um processo de ensino aprendizagem para viver independente e conseguir a sua autonomia levando a satisfação tanto do usuário como do profissional da informação.

2.6 Biblioteca e escola, bibliotecários e educadores: rumo à inclusão social e ao desenvolvimento dos alunos com deficiência mental.

A escola e a biblioteca estão inseridas nas práticas pedagógicas, pois ambos têm uma responsabilidade social, ao garantir que seu espaço e seus serviços sejam abertos ao auxílio de todo e qualquer usuário da comunidade escolar.

A biblioteca escolar é uma instituição voltada ao atendimento da comunidade educacional na qual está inserida, atendendo a todas em suas diferentes necessidades informacionais considerando os diversos níveis de escolaridade, a biblioteca também tem o papel de contribuir para a formação dos cidadãos tanto no âmbito cultural como no social.

A biblioteca pode ser aproveitada com um espaço cultural onde se desenvolve atividades lúdicas, que trabalhem o desenvolvimento ético e a saúde mental de crianças e adolescentes. Considerando que a biblioteca escolar atua com a coletividade, devendo refletir e compreender o verdadeiro valor que representa para sua comunidade diversificada. A boa leitura, aquela que lhe é construtiva, aos poucos contribui para a construção de novas realidades.

Na educação inclusiva, o aluno deficiente fará uso da biblioteca escolar assim como os demais tendo acesso aos livros e demais materiais de apoio pedagógico. Inserir uma pessoa

com deficiência nas escolas regulares junto com alunos sem deficiência lhes dar o direito a eles determinado.

Quando se fala em inclusão no ambiente de uma biblioteca, se trata de acesso aos fatores sociais, econômicos, culturais e tecnológicos. Uma biblioteca escolar inclusiva deverá ser capaz de proporcionar o acesso à informação e o atendimento de todos os alunos, professores e demais usuários independente de cor, situação econômica, classe social, nível de escolaridade, limitações e deficiências.

O termo Biblioteca Inclusiva leva ao entendimento de um local voltado especialmente para pessoas com algum tipo de deficiência, quando na verdade é um ambiente destinado à convivência de todos, livre de barreiras de acesso físico e informacional.

Segundo Coneglian e Silva (2006, p. 07).

Biblioteca inclusiva não é aquela biblioteca específica, por exemplo, para deficientes visuais com todo acervo disponível em Braille, mas sim aquela que atende toda demanda da população de maneira igualitária, onde seus usuários possam acessar e utilizar os serviços e acervos, conforme suas especificidades.

O bibliotecário da biblioteca escolar tem múltiplos papéis, não é encarregado apenas da organização do acervo, catalogação dos livros, empréstimos, devoluções e etc., mas também é responsável por fazer com que o ambiente da biblioteca escolar tenha vida, seja cada vez mais utilizado e principalmente contribua de forma significativa para o desempenho dos alunos. Portanto, nesse sentido o bibliotecário também assume função de educador, que segundo Pires (2012, p. 03) devem seguir:

[...] ajudando na formação do intelectual do leitor, promovendo o hábito da leitura e incentivando a cultura, visando informar e educar o usuário no uso da informação, facilitando o processo de construção do conhecimento uma vez que esse se dá pela função da disseminação da informação [...].

O uso do acervo da biblioteca escolar é resultado do trabalho em conjunto do profissional da educação junto com o bibliotecário onde se desempenha um trabalho que tem como objetivo cativar todos os alunos, conhecendo qual o tipo de informação que mais lhes agrada incluindo-os no âmbito informacional do conhecimento.

O profissional da informação precisa ser consciente e modificar a sua maneira de pensar e agir diante da inclusão se especializando, dando o primeiro passo que é fundamental para garantir o sucesso tanto do deficiente intelectual como da instituição.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, é importante definir os termos “método” e “metodologia” de pesquisa. Para Tartuce (2006) a metodologia científica trata de método e ciência. Método (do grego *methodos* que significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim”) é, portanto, o caminho em direção a um objetivo e metodologia é o estudo do método. Em outras palavras, método é o conjunto de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa científica. E, metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas.

Em geral, o método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados (FONSECA, 2002).

Dito isso, expomos aqui as técnicas e instrumentos aplicados nesta pesquisa.

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa pode ser classificada sob diferentes pontos de vista:

- ✓ Do ponto de vista da abordagem do problema a pesquisa é **qualitativa**. De acordo com Lakatos e Marconi (1996) a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. A ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados.
- ✓ Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa pode ser classificada, inicialmente, como **bibliográfica**, uma vez que recorreremos aos livros e artigos para compor nosso referencial teórico, com o intuito de entender o tema e os problemas envolvidos a partir fontes bibliográficas que consiste na coleta de informações e teorias de diversos autores sobre deficiência mental, inclusão dos deficientes mentais na sociedade e na escola, e, o papel do bibliotecário e da biblioteca escolar no processo de leitura. Depois, a pesquisa pode ser classificada como **descritiva**. Esse tipo de pesquisa tem como finalidade analisar os dados coletados sem que haja a interferência do

pesquisador. Costuma-se fazer uso de levantamentos para coleta de dados e descrever, minuciosamente, experiências, processos, situações e fenômenos.

- ✓ Do ponto de vista dos procedimentos técnicos podemos classificar a pesquisa como **estudo de caso**. Segundo Bassey (2003, apud ANDRÉ, 2005), o estudo de caso é uma investigação baseada na experiência adquirida através de dados estudados, realizados e conduzidos dentro dos limites localizados no tempo e no espaço. Versa sobre uma atividade educacional, programa, instituição ou sistema, geralmente no contexto natural e dentro de uma ética de respeito às pessoas. O estudo de caso é rico em abordagens de dados qualitativos, permitindo ao pesquisador o julgamento do contexto, tendo como objetivo a descoberta. Nesse caso, o estudo de caso foi feito na Escola Municipal de Ensino Fundamental Violeta Formiga para que pudéssemos descrever e entender como a escola trabalha com as crianças com deficiência mental.

3.2 Universo e amostra da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Violeta Formiga, fundada em 2007, localizada no bairro de Mandacaru na cidade de João Pessoa, na Paraíba. A instituição atende 512 alunos do ensino fundamental I e II, tendo incluso nas turmas de ensino comum, 6 alunos com deficiência intelectual que apresentaram laudo no ato da matrícula. Esse foi o motivo da escolha da escola para nossa amostra de pesquisa entre tantas outras escolas do município de João Pessoa.

3.3 Coleta e análise de dados

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, um questionário, elaborado com base no estudo da influência da leitura para pessoas com deficiência mental.

O questionário (APÊNDICE A) abarcou, entre outras coisas, em 10 perguntas, desde questões de formação dos participantes até questões sobre o trabalho com leitura na escola e a influência do trabalho bibliotecário junto ao incentivo e motivação da leitura para as crianças com deficiência intelectual.

Um fato que nos chamou atenção na coleta de dados é que a profissional responsável pela biblioteca não apresentou interesse em responder o questionário, informando que não

participava no processo de desenvolvimento da leitura, pois a mesma não é formada em Biblioteconomia. Nesse sentido, sendo responsáveis pelo processo de aprendizagem, os professores, junto a uma auxiliar prestadora de serviço, complementam o processo de aprendizagem dos deficientes intelectuais, na sala de recurso, no horário oposto ao qual o aluno esta matriculado. Esses profissionais fazem o trabalho de incentivo à leitura junto à biblioteca da escola.

Dada a coleta de dados por meio do citado questionário, passamos para o passo seguinte: o de análise dos dados. Para realização desta etapa de pesquisa, primeiro, descrevemos a escola e o trabalho que realiza. Depois analisamos as respostas de cada pergunta. Então, complementamos a descrição e fizemos observações sobre as respostas obtidas. A descrição e as observações são nossos resultados de pesquisa.

4 RESULTADOS DE PESQUISA

Os resultados de pesquisa aqui dispostos são fruto de nossa coleta de dados culminando na descrição do trabalho com alunos com deficiência intelectual de nosso ambiente de pesquisa. Foram resultantes dos dados colhidos por entrevista e observação direta na escola.

4.1 Descrição da Escola Municipal de Ensino Fundamental Violeta Formiga

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Violeta Formiga, localizada na Rua Alfredo José de Ataíde, S/N, no alto do céu no bairro de Mandacaru, foi criada em 2007. O seu espaço é composto por dez salas de aula, laboratório de ciências e de informática, biblioteca, quadra poliesportiva, refeitório, cozinha e setor administrativo separado dos demais ambientes.

Atualmente a escola possui 25 turmas, sendo no turno matutino 18 e 7 no turno vespertino. Conta com uma equipe de 25 professores, sendo 17 concursados e 7 contratados temporariamente e um auxiliar de apoio.

O nome da escola foi escolhido em homenagem à senhora Violeta Formiga (1951-1982), uma pessoense, autora de versos simples e expressivos de vida cotidiana. A homenageada imprimiu sua marca na história da cultura paraibana pelo modo descontraído de viver e sentir o mundo, bem como pela paixão pela vida. Vida, aliás, que foi ceifada, tornando-se uma vítima da violência doméstica.

Em sua estrutura, a escola possui:

- 10 de 14 salas de aulas utilizadas
- 78 funcionários
- Sala de diretoria
- Sala de professores
- Laboratório de informática
- Laboratório de ciências
- Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- Quadra de esportes coberta
- Alimentação escolar para os alunos

- Cozinha
- Biblioteca
- Banheiro dentro do prédio
- Banheiro adequado aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- Sala de secretaria
- Banheiro com chuveiro
- Refeitório
- Despensa
- Almoxarifado
- Auditório

4.2 Análises das entrevistas

Uma das participantes desse estudo é a graduada em pedagogia. Atua como pedagoga há 22 anos, sendo 14 anos na mesma escola. Participou de cursos de educação continuada oferecidos pela escola, como: Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (SIMEC).

Segundo a profissional entrevistada “é de suma importância para o desenvolvimento permitir que alunos com deficiência intelectual, convivam em sala com os demais alunos, participem das atividades, tenham regularidade na presença, de forma com que possam ter uma socialização efetiva e concretização do aprendizado, considerando o ritmo de cada um” (Professora 1).

Segundo informações da pedagoga responsável pelo auxílio na aplicação das atividades que auxilia na aprendizagem dos alunos, o trabalho é realizado através de materiais lúdicos, como contos de fada, jogo educativo, construção de palavras e frases usando palavras soltas utilizando o alfabeto móvel para que os alunos monte palavras, surgindo, assim, uma curiosidade no descobrimento de novas palavras ajudando e seu desenvolvimento.

Para a entrevistada 2, o jogo educativo aliado à leitura resgata a autoestima e a confiança entre os colegas e professores proporcionando entre eles respeito mútuo, solidariedade, responsabilidade e, principalmente, o esforço pessoal.

O conto de fadas também é um forte aliado nas atividades aplicadas para o auxílio no desenvolvimento os alunos, pois, observou-se no dia-a-dia desses profissionais, um interesse dos alunos onde eles se interessam pela leitura por meio dos contos de fadas.

É consenso entre as entrevistadas que a utilização do lúdico auxilia no ato de ler, no apropriar-se da literatura como forma natural de descobrimento e compreensão do mundo, atraindo a atenção das crianças, construindo um mecanismo de potencialização de aprendizagem de todos os alunos e favorecendo o desenvolvimento motor e psicomotor das crianças com deficiência intelectual em suas atividades. É notória a motivação apresentada por esses alunos, apresentando a curiosidade de adquirir o conhecimento, de maneira natural, sem nenhuma pressão.

Para as profissionais da escola, a criança que vivencia essas atividades lúdicas adquire novos conhecimentos e desenvolve habilidades de forma natural e agradável, garantindo um forte interesse em aprender e gerando assim, o prazer. A criança brinca, joga e se diverte que é um dos principais objetivos do lúdico: aprender se divertindo.

Segundo relato da pedagoga 1, os alunos possuem capacidade de aprendizagem bem mais lenta que os alunos tidos como normais. Os métodos de aprendizagem utilizados são os mesmos para todos os alunos, porém com os alunos deficientes intelectuais são utilizados alternativas que prendam a sua atenção.

Outra estratégia utilizada para complementar à aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, a escola proporciona atividades no horário oposto às aulas formais, na sala de recurso. A responsável por essa sala é uma auxiliar, que, segundo seu próprio relato, “utiliza vários métodos para que se consiga a aquisição da alfabetização” (AUXILIAR DE ENSINO).

Para ela, os principais recursos usados, já citados, são os jogos porque ajudam muito nas associações para a escrita e na qual ela consegue alcançar alguns dos objetivos propostos.

E relata, ainda, que a presença de profissionais especializados nas escolas regulares é essencial, mas nem sempre há recursos disponíveis para contratação desses profissionais.

De acordo com a entrevistada 3, o comportamento dos alunos que apresentam deficiência intelectual é diversificado: enquanto alguns apresentam um comportamento tranquilo, concentrado, outros são bem hiperativos. O processo de aprendizagem vai de acordo com a capacidade de cada aluno, requerendo muita dinâmica e disponibilidade dos professores e das matérias estudadas para realizar as atividades diversificadas e que possam

atingir as necessidades de toda a classe, especialmente, as dos alunos com deficiência intelectual. Para a entrevistada, esse trabalho deve ser feito com muito amor do profissional.

É unânime a opinião das entrevistadas em afirmar que a biblioteca escolar deve ser grande aliada ao processo de motivação da leitura. Porém, a pessoa responsável pela biblioteca não é graduada em Biblioteconomia, o que dificulta o desenvolvimento de atividades específicas voltadas para a biblioteca da escola. São as professoras que proporcionam atividades no âmbito da biblioteca, encaixando-as no horário disponível.

Lamentam, e muito, o fato da escola não possuir uma bibliotecária capacitada para trabalhar a leitura. Para elas, seria uma extensão da sala de aula e das atividades educativas propostas e uma excelente oportunidade de trabalhar o desenvolvimento desses alunos tão especiais.

Cabe ao educador juntamente com o bibliotecário, adaptarem seus currículos e criarem atividades de acordo com as possibilidades de seus alunos, sabendo que cada um se desenvolve no seu tempo e que cada indivíduo tem suas capacidades diferenciadas. Assim, eles estarão respeitando a aprendizagem e criando uma relação de amor e crescimento. Quanto à questão do aluno, estar em uma escola regular ou em uma escola especializada, deve existir uma parceria entre ambas, para que, com isso, seja fortalecido o processo de educação inclusiva e assim criar novas oportunidades de desenvolvimento intelectual do indivíduo. Visando cada vez mais uma educação de qualidade.

4.3 Resultados das observações diretas

Por meio das observações, pudemos perceber que a escola está preparada estruturalmente para receber os deficientes intelectuais, no entanto nem todos os professores estão preparados para lidar com essa situação.

Os professores se esforçam para conseguir uma evolução na aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual e buscam alternativas em diferentes métodos para que essa aprendizagem seja alcançada. Embora se fale tanto em Inclusão, temos que avaliar cada indivíduo e para adaptar os lugares para que eles adquiram o conhecimento.

As observações realizadas apontam que são grandes as dificuldades dos deficientes intelectuais e que o educador deve estar sempre atento aos níveis de evolução do aluno. Um diferencial é saber respeitar o seu ritmo de desenvolvimento, tanto na sala de aula com os

demais alunos da escola regular, como no horário oposto na sala de recurso, procurando criar estratégias para facilitar a aprendizagem do educando.

A biblioteca não dispõe de muito espaço, mas contém muitos exemplares importantes e de interesse das crianças, inclusive, didáticos e paradidáticos para apoio às diversas matérias ensinadas na escola.

A profissional que toma conta da biblioteca, como já dito, não possui graduação em Biblioteconomia. Por isso, ela não proporciona atividades de leituras voltadas para a biblioteca. Porém, ela apoia e facilita as iniciativas das professoras em motivar a leitura.

Mesmo sem preparação específica para lidarem com a educação especial, especialmente com a deficiência intelectual, é perceptível o esforço da equipe de professores em fazer algo por essas crianças. Utilizam de didática e técnicas de ensino aprendidas com a pedagogia e possuem pouco conhecimento sobre o processo de atividades de leitura desenvolvidas na biblioteca, empregando, assim, atividades didático-pedagógicas.

Utilizam recursos recicláveis e materiais cedidos pela própria escola. Além disso, fazem atividades criativas por meio de conotação de histórias, interpretação de textos, leitura de gêneros textuais diversificados e dramatizações.

A equipe da escola acredita que esse trabalho, não seria o mesmo se, uma bibliotecária ou um bibliotecário estivesse proporcionando-o. Porque eles fariam um trabalho mais específico, voltado para o funcionamento mais dinâmicos da biblioteca, fazendo dos alunos usuários assíduos e influenciando a vida de todos da escola, não apenas os com deficiência intelectual.

Uma última observação, acerca de nossas observações é que, das dificuldades apresentadas, percebe-se que as condições de trabalho como: formação acadêmica, apoio pedagógico e a infraestrutura da escola, não colaboram, efetivamente, para a realização do processo inclusivo de alunos com deficiência intelectual (MOSCARDINI, 2011). Isso coloca a escola numa situação muito difícil em cumprir sua missão educativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com esta pesquisa, pudemos comprovar que o ato da leitura trabalhada por um profissional bibliotecário auxilia no descobrimento do mundo imaginário e na aprendizagem para vida do deficiente intelectual. Permitindo, ainda, ao profissional, trabalhar o processo de inclusão do deficiente intelectual na escola e na sociedade, pois a leitura nada mais é do que o acesso aos direitos e deveres.

Desta comprovação pudemos validar todas as nossas hipóteses de pesquisa, a lembrar:

- a) Quando o trabalho de incentivo e motivação à leitura é realizado pelo bibliotecário, com um trabalho mais específico, voltado para a biblioteca, utilizando-se de meios específicos e adaptados à deficiência intelectual, podem levar a essa criança a encantar-se pela leitura. Isto foi comprovado quando as entrevistadas relatam que seria importante o trabalho de bibliotecário, pois ele permitiria a dinamicidade da biblioteca.
- b) Quando esse trabalho é realizado pelo bibliotecário, em conjunto com os professores, de maneira a trabalhar o currículo escolar de forma mais dinâmica, pode-se ajudar no desenvolvimento intelectual das crianças com essa deficiência. Essa é uma opinião unânime da equipe da escola estudada, registrada em entrevistas. Essa hipótese é comprovada quando os professores admitem a necessidade de um trabalho conjunto entre escola e biblioteca escolar, e, educadores e bibliotecários.
- c) O atendimento educacional especializado aliado ao trabalho do bibliotecário, enquanto formador de leitores, é um serviço enriquecedor no desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual, sendo forte aliado na conscientização das pessoas em geral, dos portadores de deficiência mental e à sua família, promovendo a inclusão social. Essa hipótese é comprovada quando os professores relatam que seria mais fácil se, profissionais especializados em deficiência intelectual trabalhassem em conjunto com bibliotecários e educadores. Porém, não há recursos para o acompanhamento contínuo dessas crianças, cabendo aos professores e profissionais da escola tentarem aprender a como lidar com a situação.

Validadas as hipóteses, podemos também afirmar que, nossos objetivos de pesquisa foram alcançados, e que, diante de todas as dificuldades apresentadas na verificou-se a importância de profissionais especializados, os bibliotecários, para auxiliar no desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual.

Nesse sentido, sabemos que a biblioteca deve apresentar uma extensa variedade de obras, além de espaços especiais para realizar a leitura. Então, o bibliotecário, juntamente com a escola, são os responsáveis em despertam o interesse da criança pela biblioteca, devendo ser apresentada como um espaço de escolha de leituras.

A biblioteca não pode ser vista apenas como um lugar de consulta e pesquisa para complementar o currículo da escola, ela deve desenvolver oficinas que chamem atenção dos estudantes, deve estar inclusa nas atividades e programação do currículo escolar de aprendizagem e não apenas ser considerada um espaço físico, ou um guardar livros.

Faz-se necessária a contratação de profissionais na área de biblioteconomia que tenham visão dinâmica de mudança e que tenha como meta de trabalho modificar, ou pelo menos tentar mudar essa visão tão histórica de uma biblioteca. Este bibliotecário, em nossa visão, deverá desenvolver atividades semanais que chamem a atenção, não só dos alunos, mas da comunidade em geral, proporcionando a acessibilidade aos alunos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2000. 112p.
- ALMEIDA, M. da S. R. **O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo?** São Paulo, 2007. Disponível em: Acesso em: 15 jul. 2010.
- ALMEIDA, M. S. R. O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo? 2007. Em: Acesso em 02 de out. 2016.
- AQUINO, J. G. *et al.* **Disciplina e preconceitos da escola: alternativas teóricas e práticas**. Summus, São Paulo, 1998.
- BATISTA, M. W; ENUMO, S. R. F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22386.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.
- BAZÍLIO, Ana Paula Matos. **A inclusão social e a importância da biblioteca pública**. (2012). Disponível em: <http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/download/60/518>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- BONETI, Rita Vieira de Figueiredo. L'émergence du langage e'crit thez les enfants présentant une déficience intellectuelle. Université Laval. Québec, 1995.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988.
- _____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 141-154, mar. 2012. Disponível em: Acesso em: 2 nov. 2016.
- CARDOSO, M. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão: uma longa caminhada**. In: MOSQUERA, J. M.; STOBAÜS, C. (Org.). Educação especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

COLL, C. **Psicologia e Currículo**. São Paulo: Ática, 1996.

CONEGLIAN, A. L. O; SILVA, H. de C. **Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 7, [2006], Marília (SP). Disponível em: <<http://portalppgci.marilia.unesp.br/viewabstract.php?id=305>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

COSTIN, C. **Projeto de incentivo à leitura**. Belo Horizonte, 2002. Disponível em. Acesso em: 2 nov. 2016.

CURTO, M. L.; MORILLO, M. M.; TEIXIDÓ, M. M. **Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FERREIRA & FERREIRA, 2004 apud MELO, S. C. de; LIRA, S. M. de.; FACIÓN, J. R. Políticas inclusivas e possíveis implicações no ambiente escolar. In: FACION, J. R. (org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2ª ed. Curitiba: Ibpx, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

KAFROUNI, R.; PAN, M. A. G. S. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. **Interação**, Curitiba, p. 31-46, 2001. Disponível em. Acesso em: 2 nov. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIRA, G. de A. Biblioteca Nacional: **desenvolvimento do modelo brasileiro de biblioteca acessível para pessoas com deficiência e idosos**. (2012). Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/93>>. Acesso em: 02 out. 2016.

MACHADO, M. E. B. **Análise curricular dos cursos de biblioteconomia no Brasil: busca pela acessibilidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MITTLER, P. Da exclusão à inclusão. In: _____. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 23-37.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Organização Mundial da Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Trad. do Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais. São Paulo: EDUSP; 2003.

PASSERINO, L. M.; MONTARDO, S. P. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Pelotas, RS, p. 1-18, abr. 2007. Disponível em: Acesso em: 13 out. 2012.

PIRES, E. A. de N. **O bibliotecário como agente transformador social**: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. Disponível em: Acesso em: 6 nov. 2016.

SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 4, p. 695-708, dez. 2012.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

TYLER, R. **Princípios Básicos de Currículo e Ensino**. Porto Alegre: Globo, 1974.

YUNES, E. A leitura e a formação do leitor: questões culturais e pedagógicas. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

ZUCCHETTI, D. T. A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 197-218, ago. 2011.

APÊNDICE A- Questionário aplicado os profissionais da escola municipal violeta formiga

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

Prezados Senhores,

Pedimos sua colaboração em responder o questionário de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO E DO PROCESSO DE LEITURA NO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL: um estudo de caso.**

Esta pesquisa objetiva refletir o papel do bibliotecário na formação dos alunos portadores de deficiência mental, por meio de atividades de incentivo e motivação à leitura em parceria com o corpo docente da escola.

Não é preciso se identificar. As perguntas são abertas e podem ser respondidas livremente.

Agradecemos seu esforço e dedicação,

Rosicleide da Costa Cruz.

1. Qual sua formação?

2. Como você e a escola entendem educação especial?

3. Como é trabalhado o processo de leitura com as crianças com deficiência mental?

4. Que instrumentos de leitura utilizam para realizar esse trabalho?

5. Que tipos de leitura realizam com esses alunos?

6. Qual o comportamento dos alunos com deficiência mediante ao trabalho com leitura?

7. Como avaliam o processo de leitura desses alunos?

8. Você e a escola têm apoio para desenvolver esse trabalho? De que tipo?

9. Em que espaço realizam o trabalho de leitura com os alunos com deficiência mental?

10. Como a biblioteca pode ajudar no processo de motivação e aprendizagem da leitura junto aos alunos especiais?

ANEXO A - Sala de apoio para os alunos que apresentam deficiência intelectual melhorarem seu aprendizado em horário oposto ao matriculado.



